

**MAPEAMENTO DOS ARTIGOS  
EM ETNOMATEMÁTICA NO  
AMAPÁ APRESENTADOS NO  
7º CONGRESSO BRASILEIRO  
DE ETNOMATEMÁTICA**

**MAPPING OF ARTICLES ON  
ETHNOMATHEMATICS IN  
AMAPÁ PRESENTED AT THE  
7<sup>th</sup> BRAZILIAN CONGRESS OF  
ETHNOMATHEMATICS**

***Sandra Maria Nascimento de Mattos***

Doutora em Educação/PUC-SP. Professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2622-0506>. E-mail: [sandramattos@ufrj.br](mailto:sandramattos@ufrj.br)

***José Roberto Linhares de Mattos***

Pós-doutorado em Educação/Universidade de Lisboa. Professor Titular do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4075-6764>. E-mail: [mattos@campus.ul.pt](mailto:mattos@campus.ul.pt)

***Elivaldo Serrão Custódio***

Pós-doutorado em Educação/UNIFAP. Professor da Universidade do Estado do Amapá, Macapá, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2947-5347>. E-mail: [elivaldo.pa@hotmail.com](mailto:elivaldo.pa@hotmail.com)

***Romaro Antonio Silva***

Doutor em Educação/UMinho. Professor do Instituto Federal do Amapá. Macapá, Amapá, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4370-0125>. E-mail: [romaro.silva@ifap.edu.br](mailto:romaro.silva@ifap.edu.br)

**Resumo:** Este estudo é um recorte dos trabalhos do Sétimo Congresso Brasileiro de Etnomatemática - 7CBEm, realizado em Macapá – AP que tem o objetivo de mapear os temas e os trabalhos sobre a região Norte, mais especificamente sobre o estado do Amapá. A riqueza de grupos socioculturais, a variedade de atividades desenvolvidas, revela a luta e a insurgência diária de cada um desses grupos. O método de pesquisa utilizado foi bibliográfico com “Análise de Conteúdo”. Com o mapeamento dos trabalhos, abriu-se diversas possibilidades de olhar as investigações de pesquisadores e estudantes que se inserem nesta localidade. Para tanto, revisita-se todos os trabalhos submetidos em diálogo com autores e com a legislação em vigor. Conclui-se que há forças socioculturais, geopolíticas e ecológicas que dão visibilidade aos seres, saberes e fazeres que se inserem nesta localidade do país. Entende-se que os trabalhos trouxeram desdobramentos para o espaço acadêmico e escolar sobre os povos indígenas e quilombolas, entre outros pertencentes ao estado do Amapá. Diante disso, resulta que a riqueza sociocultural, econômica e ecológica perpassa espaços representativos e de pertencimentos.

**Palavras-chave:** Trabalhos. 7CBEm. Região Norte. Estado do Amapá.

**Abstract:** This study is a selection of the works at the Seventh Brazilian Congress of Ethnomathematics - 7CBEm, held in Macapá – AP, which aims to map the themes and works on the Northern region, more specifically on the state of Amapá. The wealth of sociocultural groups and the variety of activities developed reveal the daily struggle and insurgency of each of these groups. The research method used was bibliographic with “Content Analysis”. With the mapping of the works, several possibilities were opened to look at the investigations of researchers and students who are part of this location. To this end, all the works submitted were revisited in dialogue with the authors and with the legislation in force. It is concluded that there are sociocultural, geopolitical and ecological

forces that give visibility to the beings, knowledge and doings that are part of this location in the country. It is understood that the works brought developments to the academic and school space about indigenous and quilombola peoples, among others belonging to the state of Amapá. In view of this, it follows that the sociocultural, economic and ecological wealth permeates representative spaces and spaces of belonging.

**Keywords:** Works. 7CBEm. Northern region. State of Amapá.

## INTRODUÇÃO

O Congresso Brasileiro de Etnomatemática – CBEm é um evento que acontece de quatro em quatro anos, desde o ano 2000, sendo que o último ocorreu em Macapá – Amapá em setembro de 2024, com a temática “As dimensões da Etnomatemática na valorização das identidades culturais”. Podemos afirmar que lá se vão sete (7) congressos em 25 (vinte e cinco) anos de muita troca, de debates e diálogos sobre os caminhos que a etnomatemática assumiu ao longo destes anos. D’Ambrosio, um dos precursores do evento, era grande incentivador e participou de alguns deles. Desde o primeiro CBEm houve a adesão de pesquisadores brasileiros e internacionais. À época, D’Ambrosio<sup>1</sup>, na escrita do prefácio a respeito do evento, afirmou que seria “um importante acréscimo a uma crescente literatura sobre Etnomatemática que vem sendo publicada em todo o mundo”.

Olhando para o constante crescimento da literatura sobre etnomatemática, cremos, como D’Ambrosio<sup>2</sup>, que o evento impulsiona o avanço acadêmico daqueles que se dedicam a melhoria do ensino e da aprendizagem da matemática, por meio das mais diferentes etnomatemáticas existentes no mundo. Com esse olhar e tomando a região Norte, da qual o Amapá pertence, queremos realçar, como foco deste estudo, os trabalhos que apontam para tal região como ênfase em suas pesquisas. Para tanto, interrogamo-nos: Quais temas apareceram nas pesquisas, em torno da região Norte, no Sétimo Congresso Brasileiro de Etnomatemática - 7CBEm, com foco no Amapá? Com essa pergunta, assumimos como objetivo geral mapear os

---

<sup>1</sup> D’AMBROSIO, Ubiratan. Prefácio. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 1., 2000, São Paulo. *Anais* [...]. FEUSP, São Paulo, 2000. p. I-VII. p. VII.

<sup>2</sup> D’AMBROSIO, 2000.

---

temas e os trabalhos no 7CBE sobre a região Norte, mais especificamente sobre o estado do Amapá. Utilizamos metodologia de pesquisa bibliográfica com Análise de Conteúdo de Bardin<sup>3</sup> que é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a <discursos> (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.” Assim, esse tipo de análise nos ajuda a fazer inferências e interpretações percebidas nos textos dos autores.

## **O ESTADO DO AMAPÁ E SUAS POSSIBILIDADES SOCIOCULTURAIS**

A região Norte do Brasil é composta por sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantis. Como podemos perceber toda a região Norte faz parte da Amazônia Legal, além de conter a maior extensão territorial, a maior bacia hidrográfica, na qual faz parte o maior rio do mundo que é o Amazonas e a maior floresta que é a Amazônica com vasta biodiversidade a qual contempla a mais variada fauna e flora do planeta. Nesta perspectiva, encontra-se nesta região uma diversidade de grupos socioculturais, tais como comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, entre outras. Há, também, produtores de soja, arroz, cacau, café, algodão, açaí, coco e pequenos agricultores de abacaxi, guaraná, mandioca, milho, banana, pimenta preta, entre outros<sup>4</sup>.

A base da economia da região Norte passa pelo extrativismo vegetal e mineral e pela agropecuária. No extrativismo mineral destaca-se as jazidas de ferro, as quais encontra maior produtividade o estado do Pará. Já o extrativismo vegetal há destaque para o açaí, o látex e a madeira para exportação. Na agricultura a região esbanja pela diversidade, com destaque para a mandioca, feijão, castanha-do-Brasil, maracujá, cupuaçu e guaraná para consumo brasileiro. Para exportação e indústria de transformação, destacam-se milho, soja, café e cana-de-açúcar. Na pecuária a piscicultura é muito forte, além dos bovinos e suínos. A aquicultura é a principal atividade da região, na qual a pesca sobressai pela produção de variados pescados,

---

<sup>3</sup> BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. p. 9.

<sup>4</sup> EMBRAPA. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-norte>. Acesso em : dez. 2024

sendo a segunda maior região nesta produção. Salientamos que a pesca artesanal é uma das principais fontes econômicas das populações tradicionais da região<sup>5</sup>.

Dito isto e como nosso foco é o estado do Amapá vamos situar alguns aspectos que o envolve. Para tanto, o estado do Amapá, desde o início de sua história, é marcado por disputas territoriais e conflitos estrangeiros, com invasões e ocupações clandestinas. O Amapá tornou-se território federal em 13 de setembro de 1943, pelo decreto presidencial de Getúlio Vargas, decreto-lei n. 5.812/1943<sup>6</sup> e na constituição federal de 1988<sup>7</sup> o Amapá é transformado em estado<sup>8</sup>. A capital, Macapá, é a única capital banhada pelo rio Amazonas e cortada pela linha do Equador, guardando um misticismo popular e inúmeras curiosidades. Cultura, religiosidade e tradição fazem parte da história de Macapá, a cidade do meio do mundo<sup>9</sup>.

O estado do Amapá é composto por diferentes grupos socioculturais, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, entre outros, o que torna viável possibilidades variadas de aspectos culturais, dentre eles as rodas de marabaixo, o cário de Nazaré, Festa de São Thiago, Festival do abacaxi, bem como uma diversidade culinária. Silva<sup>10</sup> alerta-nos que os livros didáticos omitem “a presença e a participação do negro na construção do estado do Amapá”. Esse dado dissimula “a história da identidade e da construção das comunidades remanescentes de quilombolas no Brasil.” Diante do exposto, constatamos que há uma riqueza de seres, saberes e fazeres que instigam muitas pesquisas nesse território brasileiro.

---

<sup>5</sup> MDS Brasil. *Tudo que você precisa saber sobre a economia da região norte*, 2021. Disponível em: <https://www.mdsgroup.com.br/pt/blog/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-economia-da-regiao-norte/>. Acesso em : dez. 2024.

<sup>6</sup> BRASIL. *Decreto-lei n. 5812 de 13 de setembro de 1943*. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Brasília. Distrito Federal, 1943.

<sup>7</sup> BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988.

<sup>8</sup> BRASIL. *80 anos do Amapá*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/reportagem-especial/2023/09/12/80-anos-do-amapa>. Acesso em: dez. 2024.

<sup>9</sup> MACAPÁ. 2024. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/tradicao-na-amazonia-conheca-a-historia-da-cidade-do-meio-mundo/>. Acesso em: dez. 2024.

<sup>10</sup> SILVA, Romaro A. *Apropriação de práticas de numeramento na EJA/Proeja em comunidades quilombolas do estado Amapá - Brasil: A etnomatemática como possibilidade de ensino*. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Instituto de educação. Universidade do Minho, Portugal, 2022. p.5.

## TRABALHOS APRESENTADOS NO 7CBEm: BUSCANDO INTERLOCUÇÕES ENTRE A REGIÃO NORTE E O ESTADO DO AMAPÁ

O 7CBEm contou com 368 inscritos e 153 trabalhos aceitos. Desses trabalhos, 131 foram comunicações orais e 22 pôsteres. Em relação a região Norte, tivemos 32 trabalhos para comunicação oral e oito (8) pôsteres, distribuídos por estados, como apresentado no Quadro 1:

**Quadro 1:** Relação estados da região Norte e quantidade de trabalhos

Estados da região Norte	Quantidade de trabalhos
Acre	0
Amapá	13
Amazonas	4
Pará	16
Rondônia	4
Roraima	0
Tocantis	3

Fonte: Autores, dados retirados do 7CBEm, 2024.

Ao fazermos uma primeira análise do quadro 1, constatamos que o estado do Pará contou com mais trabalhos apresentados no 7CBEm, seguido de perto pelo estado do Amapá. Juntos, esses dois estados representaram 72,5% dos trabalhos da região Norte (40% Pará e 32,5% Amapá, 10% Amazonas, 10% Rondônia e 7,5% Tocantins). Observamos, ainda, que dois estados da região Norte – Acre e Roraima – não tiveram trabalho submetido ao evento. Diante desse quadro, entendemos que a região Norte do Brasil ainda precisa de investimentos quando se trata de pesquisas acadêmicas.

Em uma segunda análise, cabe ressaltar que, apesar dos estados do Acre e de Roraima não terem tido representação no 7CBEm, não significa que não haja pesquisas em ambos esses estados brasileiros. Ressaltamos também que nos estados do Pará e do Amapá há intensificação das pesquisas devido um melhor reconhecimento das identidades locais e maior pertencimento sociocultural, bem como, valorização dos seres, saberes e fazeres representativos de cada estado. Focando especificamente o estado do Amapá, temos que dos 13 (treze) trabalhos

apresentados, oito (8) deles foram em comunicação oral e cinco (5) em formato de pôsteres.

Vários foram os temas que permearam esses trabalhos, cada qual enfatizando alguns aspectos inerentes ao estado em destaque. Além disso, alguns trabalhos olharam diferentes pesquisas de outros autores, os quais escreveram sobre um determinado assunto, ampliando a realização do mapeamento sobre esses estudos, sejam eles locais ou sejam eles mais abrangentes, conforme podemos observar no Quadro 2.

**Quadro 2:** Temas abordados nos trabalhos sobre a região Norte

Estados da região Norte	Temas dos trabalhos	
Acre	-	
Amapá	Educação antirracista	Afroetnomatemática
		Questões raciais
	Comunidade Quilombola	Ancestralidade
		Louceiras do Maruanun
		Geometria espacial
	Indígenas	Passagem do tempo
		Educação escolar indígena
		Análise do livro Interfaces: Povos indígenas
		Mapeamento de pesquisas
		Etnomatemática indígena
Empreendedorismo	Batedores de açaí	
Projeto de extensão	Matemática no dia a dia	
	Ensino não formal	
Amazonas	Indígenas	Interculturalidade
		Atividade de extensão
		Valorização cultural
	Feira Amazonense	Saberes matemáticos amazônicos
Pará	Educação do Campo	Cubagem da madeira
		Práticas socioculturais
	Pescadores	Postura contra colonial
		Práticas socioculturais
	Ribeirinhos	Pesca
		Mulheres na pesca
	Indígenas	Formação continuada
		Educação escolar indígena
		Práticas etnomatemáticas
	Produção do açaí	Práticas matemáticas
		Reflexões sobre a cadeia de produção do açaí
	Currículo	Análise curricular do curso de Matemática
Decolonialidade (2)		
Educação básica	Jogos de linguagem	
Relações Étnicos Raciais	Discurso dos professores de matemática	

Rondônia	Indígenas	Formação inicial
		Pesquisadores indígenas
	Percepções dos professores indígenas	
	Educação do campo	Concepções de matemática
Roraima		-
Tocantins	Currículo	Licenciatura em Pedagogia
	Etnomodelagem	Comercialização da rapadura
	Produção do babaçu	Tranças da palha do babaçu para produção de objetos

Fonte: Autores, dados retirados do 7CBE, 2024.

Observando o Quadro 2, entendemos que os temas investigados focam os diferentes grupos socioculturais, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores, entre outros, bem como as produções de açaí e babaçu. Além desses temas de pertencimento e representatividade socioculturais da região Norte, constatamos a entrada de temas como currículo, feira amazonense, etnomodelagem, tal qual, educação do campo, educação básica, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação antirracista que se voltam para o ensino e a aprendizagem de aspectos inerentes a própria cultura local e a matemática escolar. Verificamos, ainda, temas como projeto de extensão e empreendedorismo que são entendidos como a capacidade que a pessoa tem para, olhando a realidade, conseguir identificar problemas e oportunidades, buscar e desenvolver soluções para algo positivo para a sociedade.

Com a lente sobre o estado do Amapá, constatamos que houve destaque maior para os povos originários e povos quilombolas. Isso devido a quantidade desses povos no estado, que são 150 (cento e cinquenta) comunidades quilombolas<sup>11</sup> e cinco (5) etnias indígenas<sup>12</sup>. Houve, ainda, foco na educação antirracista, ligada às questões raciais e afroetnomatemática. Podemos, também, pontuar que as leis 10.639 de

<sup>11</sup> SILVA, 2022, p. v.

<sup>12</sup> GALLOIS, Dominique Tilkin; Grupioni, Denise Fajardo. *Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará*. Iepé, 2003. p. 10.

2003<sup>13</sup> e 11.645 de 2008<sup>14</sup> tornaram obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, aspecto que pôde implementar diferentes estudos a respeito desses temas. Por fim, pontuamos a entrada do empreendedorismo por ser um movimento cada vez mais importante nos dias atuais e, de projetos de extensão devido ao parecer 608 de 2018<sup>15</sup> que institui as diretrizes para a extensão na educação superior e a resolução 7 de 2018<sup>16</sup> que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior.

Mediante essas análises, constatamos que o estado do Amapá está interligado a região Norte, não só por sua construção geopolítica, mas por sua constituição sociocultural que é determinada por variados grupos étnico-raciais, cada qual com interlocuções investigativas que se assemelham. A riqueza das manifestações culturais, culinária e grupos socioculturais permeiam tanto a educação como o turismo local.

## **PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO 7CEBm SOBRE O AMAPÁ**

Como já trouxemos anteriormente, dos treze (13) trabalhos sobre o Amapá, apresentados no 7CEBm, oito (8) foram como comunicações orais e cinco (5) como pôsteres. Esses trabalhos contribuíram com temas atuais e de relevância para a compreensão do próprio estado, enfatizando as potencialidades socioculturais, econômicas e educacionais. Nesta lógica, abordaram a educação antirracista no combate ao racismo, tal qual sobre as relações étnico-raciais; trouxeram a

---

<sup>13</sup> BRASIL. *Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Diário oficial da união, 2003.

<sup>14</sup> BRASIL. *Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Diário oficial da união, 2008.

<sup>15</sup> BRASIL. *Parecer CNE/CES n. 608 de 3 de outubro de 2018*. Institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC, 2018a.

<sup>16</sup> BRASIL. *Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018b.

ancestralidade dos quilombolas, bem como as louceiras do Maruanum; o ensino de matemática no curso de Pedagogia e ensino de geometria espacial; valorização da cultura indígena, materiais didáticos e mapeamento de pesquisas de indígenas; o empreendedorismo dos batedores de açai; curso de extensão e a educação não formal; e síntese de livro.

Podemos dizer que houve um impacto acentuado no que se refere as comunidades indígenas e quilombolas do estado do Amapá, já que dos 13 (treze) trabalhos apresentados, 10 (dez) abordaram estes povos originários, ancestrais e tradicionais ou aspectos relevantes ligados a eles. Olhando para o Amapá e sua divisão em 16 (dezesesseis) municípios: Amapá, Macapá, Pracuúba, Calçoene, Mazagão, Santana, Cutias, Oiapoque, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Tartarugalzinho, Itauba, Porto Grande, Vitória do Jari e Laranjal do Jari, podemos estabelecer uma relação entre os trabalhos apresentados e os municípios dos quais estes trabalhos foram situados, como apresenta o Quadro 3. Cabe ressaltar que um dos trabalhos pesquisou tanto no Oiapoque como no Laranjal do Jari.

**Quadro 3:** Relação localidades e temas abordados no 7CBEm

Localidades no Amapá	Temas dos trabalhos	
Macapá	Educação antirracista	Afroetnomatemática
	Comunidade Quilombola	Ancestralidade
		Louceiras do Maruanun
		Questões raciais
	Empreendedorismo	Batedores de açai
	Análise do livro	Livro Interfaces: Povos indígenas
	Projeto de extensão	Ensino não formal
Matemática no dia a dia		
Laranjal do Jari	Educação escolar indígena	Etnomatemática indígena
Oiapoque	Curso de Pedagogia	Passagem do tempo
	Educação escolar indígena	Currículo/ valorização da cultura indígena
		Mapeamento de pesquisas
		Etnomatemática indígena
Mazagão	Licenciatura em matemática	Geometria espacial

Fonte: Autores, dados retirados do 7CBEm, 2024.

Olhando para estes trabalhos e os municípios do estado do Amapá, podemos enfatizar que houve um maior número sobre o município de Macapá e do Oiapoque.

Sobre a maior participação de Macapá, uma primeira inferência que podemos fazer é que o evento ocorreu neste município, proporcionando maior participação de pesquisadores desta localidade. Uma segunda possibilidade de inferência é que o evento ocorreu no Campus Macapá do Instituto Federal do Amapá – IFAP e contou com a participação da Universidade do Estado do Amapá e da Universidade Federal do Amapá.

As três instituições contaram com a participação de alguns pesquisadores que atuam no município de Macapá. Já sobre o município do Oiapoque, que contém um campus avançado do IFAP, inferimos que ali se localizam as terras indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, de diferentes etnias, a saber: Karipuna, Galibi Kali'na, Galibi Marworno e Palikur. Fica-nos evidenciado que tanto o município de Macapá como o município do Oiapoque contêm interessantes fontes de pesquisas socioculturais, ecológicas e educacionais.

## **ANALISANDO UM A UM: O QUE TRATAM OS TRABALHOS APRESENTADOS NO 7CBEm SOBRE O AMAPÁ**

Nossas análises, a respeito de cada trabalho apresentado, partiram das comunicações orais, finalizando com os pôsteres. Essa opção não significa grau de importância ou relevância, mas sim um caminho percorrido de investigação para responder nossa pergunta inicial e alcançar o mapeamento dos trabalhos, objetivo proposto para o desenvolvimento de pesquisa. A ordem de apresentação dos trabalhos neste artigo, também, segue este mesmo caminho investigativo.

Exposto isso, iniciamos nossas análises pelo trabalho de Pantoja e Custódio<sup>17</sup> cujo título é “A afroetnomatemática e suas contribuições para uma educação antirracista” que busca a descolonização de práticas pedagógicas de educação matemática, para o ensino fundamental II, por meio de ações educacionais antirracistas. Os autores trazem os jogos africanos tradicionais como a Mancala, Shisima e o Yaoté, utilizados como ferramenta para ensinar e aprender matemática

---

<sup>17</sup> PANTOJA, Fábio R. L.; Custódio, Elivaldo S. A afroetnomatemática e suas contribuições para uma educação antirracista. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais* [...]. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

---

com elementos africanos. Analisando esse trabalho entendemos que a promulgação das leis 10.639/2003<sup>18</sup> e 11.645/2008<sup>19</sup>, como direito e como ressarcimento do apagamento desses povos ao longo da história brasileira, contribuíram para que pudéssemos implementar ações como estas em nossas instituições de ensino da educação básica.

Além disso, compreendemos que trazer os jogos africanos como ferramenta para ensinar e aprender tanto a matemática quanto ações e atitudes antirracistas, fortalece o que Adichie<sup>20</sup> aborda quando afirma que não existe uma história única, pois é aí que mora o perigo. Segundo a autora, “as histórias importam [...]. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.” É esse resgate que se reivindica quando promovemos ações e atitudes antirracistas.

De acordo com Pantoja e Custódio, “os materiais e recursos educacionais devem promover a identificação e valorização positiva da herança cultural africana e afro-diaspórica, contrapondo e desafiando estereótipos e preconceitos arraigados.”<sup>21</sup> Eles terminam o texto, afirmando que “A Afroetnomatemática representa uma potente ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, através de uma educação matemática que reconheça e valorize a pluralidade cultural e étnica de nossa sociedade”<sup>22</sup>.

Corroborando os autores, trazemos Gomes<sup>23</sup> quando ressalta que “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.” Portanto, ações pedagógicas de uma educação antirracista lançam um olhar de valorização de identidades, destacando a ancestralidade africana e as características da estética negra como imagem positiva de si.

---

<sup>18</sup> BRASIL, 2003.

<sup>19</sup> BRASIL, 2008.

<sup>20</sup> ADICHIE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. Trad. Júlia Romeu. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019. p. 16.

<sup>21</sup> PANTOJA; CUSTÓDIO, 2024. p. 11.

<sup>22</sup> PANTOJA; CUSTÓDIO, 2024, p. 15.

<sup>23</sup> GOMES, Nilma L. Educação e identidade negra. *Aletria: Revista de Estudo de Literatura*, v. 9, p. 38-47, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2317-2096.9..38-47>. p. 39.

Caminhando na mesma seara, mas utilizando o viés da ancestralidade, trazemos o segundo trabalho de Xavier, Mattos e Silva<sup>24</sup> que tem como título “Ancestralidade na Comunidade do Maruanum: etnomatemática e saberes culturais” que aborda os saberes socioculturais e as histórias de mulheres, as quais têm como atividade laboral a produção de louças de barro na Comunidade Quilombola Santa Luzia do Maruanum. Os autores aliam os saberes e fazeres dessas mulheres como estratégia para ressignificar o ensino e a aprendizagem da matemática, trazendo como recorte a retirada do barro e a confecção das louças cerâmicas.

Os autores ressaltam que a utilização da etnomatemática, proporcionada

[...] por esse viés vai muito além dos números, devido a associar uma visão de cotidiano que se desenvolve na vida social, permitindo que todos os saberes matemáticos dessas mulheres sejam possibilidades de lutas e resistência para dar visibilidade aos seus saberes e fazeres, conhecimentos únicos e coletivos, espaço de pertencimento e representatividade.<sup>25</sup>

Os autores, ao abordar a intelectualidade feminina negra representada por meio de práticas laborais e socioculturais, permite-nos reafirmar como Conceição<sup>26</sup> que essa intelectualidade negra deve ser vista “como agentes de conhecimento, apropriando-se do território científico por meio de uma cultura acadêmica com a qual se identifiquem”. Nessa perspectiva, essa intelectualidade que reforça a ancestralidade, transforma-se em caminho aberto para inspirar as crianças e os jovens negros em seus percursos acadêmicos e profissionais futuros.

Essa intelectualidade, reafirmada pelo pertencimento ancestral de cada uma dessas mulheres, propicia-nos afirmar, adotando a fala de Ribeiro<sup>27</sup>, que é preciso “pensar a partir de novas premissas para desestabilizar verdades” criadas pela sociedade que favorece a branquitude. Portanto, apresentar essas mulheres é

---

<sup>24</sup> XAVIER, Felipe L.; MATTOS, José R. L.; SILVA, Romaro A. Ancestralidade na Comunidade do Maruanum: etnomatemática e saberes culturais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais* [...]. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-11.

<sup>25</sup> XAVIER; MATTOS; SILVA, 2024. p. 8.

<sup>26</sup> CONCEIÇÃO, Giovana X. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. *Revista História Hoje*, v. 11, n. 22, p. 349-365, 2022. Disponível em <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/849>. p. 354.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Djamilia. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017. p. 17.

---

importante para que as crianças e jovens negros não se coloquem em lugares subalternos e construam vínculos afetivos com sua ancestralidade.

O trabalho a seguir, também foi realizado na Comunidade Quilombola Santa Luzia do Maruanum e foi escrito pelos autores Tavares Bisneto, Mattos e Mesquita<sup>28</sup>, apresentando o olhar de um bolsista de iniciação científica e licenciando em matemática sobre os impactos que ele sentiu quando foi a campo. Nessa lógica, os autores apontam que, apesar da localidade ser de conhecimento do estudante, ao entrar em contato com a matriarca da comunidade, o impacto fez sentir o quanto a luta delas não o afetava. Entretanto, imerso nessa realidade pode perceber o quanto de conhecimento sociocultural elas possuíam e o quanto era importante para a aprendizagem de matemática.

O olhar do estudante para a beleza das peças, permite que ele entenda que cada peça é única e que cada uma dessas peças é parte criativa de quem as faz. Para os autores, “cada peça possui uma história, cada símbolo utilizado carrega consigo um legado que vem repleto de sentimento/memória<sup>29</sup>.” De acordo com Vicente e Mattos<sup>30</sup>:

A arte é produção e pressupõe o trabalho que é inerente a mesma. Dessa maneira, arte supõe conhecimento do mundo que envolve o fazer artístico. A função do fazer artístico é uma realização comum a qualquer indivíduo, que vai além da produção de algo. É criação e transformação que se dá pela influência cultural. É um compartilhar de referências. Há uma temporalidade em cada peça produzida.

Constatamos que os saberes e fazeres dessas mulheres estão embebidos de pertencimento e representatividade ancestral e socioafetivo. Verificamos, portanto, que é possível levar todo esse conhecimento para auxiliar o ensino e a aprendizagem da matemática escolar. Entendemos, assim como os autores, que esses saberes e fazeres são “um meio facilitador para a aprendizagem com mais significado e

---

<sup>28</sup> TAVARES BISNETO, José R. C.; MATTOS, Sandra M. N.; MESQUITA, Mônica. As louceiras do Maruanum e etnomatemática: o olhar de um acadêmico de licenciatura em matemática. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

<sup>29</sup> TAVARES BISNETO; MATTOS; MESQUITA, 2024, p. 9.

<sup>30</sup> VICENTE, Loide R. S.; MATTOS, Sandra M. N. Do resgate cultural à geração de renda: mulheres artesãs no município de Paracambi. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS, 10., 2019, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UERJ, 2019. p. 1.

sentido<sup>31</sup>”. Potencializando esse entendimento, Mattos<sup>32</sup> ressalta que é viável relacionar os saberes e fazeres dessas mulheres por entender que:

[...] as pessoas não se constituem sozinhas, tampouco fora de um meio sociocultural. Elas são mediatizadas pelos “outros” existentes dentro e fora do seu grupo sociocultural, na troca de saberes e fazeres imprescindíveis a existência das pessoas no mundo.

Consequentemente, voltamos as nossas raízes ancestrais africanas, sem a necessidade de crermos somente em uma vertente histórica eurocentrada, mas

[...] associado à nova perspectiva sobre o tempo e sobre a história, à centralidade da questão da mudança histórica nessa perspectiva, como experiência e como ideia, requerem, necessariamente, a dessacralização das hierarquias e das autoridades, tanto na dimensão material das relações sociais como em sua intersubjetividade; a dessacralização, a mudança ou o desmantelamento das correspondentes estruturas e instituições<sup>33</sup>.

Nesse âmbito, essas mulheres assumem sua individualidade e sua coletividade para pensar, duvidar e decidir sobre a liberdade individual e a necessidade de equidade social entre os povos.

Diante disso, trazemos o próximo trabalho de autoria de Machado e Custódio<sup>34</sup> com o título Questões raciais e o ensino de matemática no curso de licenciatura em matemática que aborda os currículos dos cursos de Licenciatura em Matemática das universidades públicas do estado do Amapá e questões voltadas para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de matemática. Os autores afirmam que “contextualizar a relevância da inclusão da história da cultura africana e afro-brasileira nos currículos dos cursos de licenciaturas<sup>35</sup>” implica em refletir sobre os

---

<sup>31</sup> TAVARES BISNETO; MATTOS; MESQUITA, 2024, p. 11.

<sup>32</sup> MATTOS, Sandra M. N. *O sentido da matemática e a matemática do sentido: aproximações com o programa etnomatemática*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020. p. 120.

<sup>33</sup> QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: Lander, Edgardo. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 125.

<sup>34</sup> MACHADO, Elton P.; CUSTÓDIO, Elivaldo S. Questões raciais e o ensino de matemática no curso de licenciatura em matemática. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais* [...]. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

<sup>35</sup> MACHADO; CUSTÓDIO, 2024. p. 3.

---

impactos, para a formação docente, sobre o combate à discriminação e ao preconceito racial nas instituições de ensino superior.

Nesse viés, trazemos Gomes e Silva<sup>36</sup> quando ressaltam que os recentes estudos sobre a formação docente têm sido enviesados por aspectos de ordem social, cultural, econômico, pedagógico e linguístico. Contudo, atualmente, persistem essas formas de separação e ainda existem novas formas de exclusão social que tem a ver com a identidade assumida por cada sujeito, tal qual questões relacionadas à religião, gênero e raça. Os autores, em suas considerações finais, afirmam que “é importante desconstruir a visão ultrapassada desenvolvida ao longo dos anos do processo de formação de professores de Matemática, que sempre foi vista como uma disciplina distanciada de questões políticas e sociais.<sup>37</sup>” É importante alterar os currículos para os cursos de formação de professores de matemática com valorização da cultura, com a entrada de uma educação voltada para as questões étnico-raciais, na tentativa de minimizar ou extirpar discriminações e preconceitos que perpassam a trajetória dos estudantes negros dentro das instituições de ensino superior.

Temos que nos despir das máscaras brancas impostas a nós ao longo da história. Temos que perder o sentimento de inferioridade racial. Temos que parar de fazer comparações. Fanon<sup>38</sup> alerta-nos que:

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida.

Com esta fala, compreendemos que é importante exigir um mundo de reconhecimentos recíprocos, de luta pelo nascimento de um mundo de humanos, de luta pela liberdade de anunciar ou denunciar momentos de discriminações étnico-raciais.

---

<sup>36</sup> GOMES, Nilma L.; SILVA, Petronilha B. G. (org.). *Experiências Étnico-Culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

<sup>37</sup> MACHADO; CUSTÓDIO, 2024, p. 12.

<sup>38</sup> FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 180.

Já o trabalho intitulado Uma revisão bibliográfica sobre a relação entre a etnomatemática e o empreendedorismo por meio dos batedores de açaí: o que dizem as pesquisas científicas? de Lima e Silva<sup>39</sup> envereda-se pelo empreendedorismo dos batedores de açaí por se tratar de pessoas que resguardam e preservam a cultura local e tradicional da região Amazônica. Os autores afirmam que:

A Etnomatemática, ao destacar a relevância das práticas empreendedoras dos batedores de açaí, integrada à proposta de interdisciplinaridade, contribui para a valorização da cultura local e evidencia que a Matemática está intrinsecamente ligada à vida real, dessa forma pode representar uma mudança significativa na percepção e aplicação da Matemática na educação<sup>40</sup>.

Diante dessa abordagem, torna-se evidente a utilização interdisciplinar dos saberes e fazeres dos batedores de açaí para o ensino e a aprendizagem de matemática. Isso acontece devido as experiências passadas pelos batedores de açaí, estarem carregadas de conhecimentos que os ajudam a lidar com os desafios práticos ocorridos diariamente.

Finalizando o texto, os autores realçam que:

A análise realizada através das pesquisas bibliográficas revelou que ao integrar elementos práticos e contextualizados, o ensino da Matemática se torna mais envolvente e relevante para os alunos. Ao compreender como a Matemática está integrada nas atividades diárias dos batedores de açaí, os educadores podem desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes, proporcionando uma abordagem interdisciplinar e significativa na educação<sup>41</sup>.

Com esse excerto dos autores, dialogamos com D'Ambrosio<sup>42</sup> quando nos traz a bandeira da descolonização dos saberes para reconhecer as raízes culturais dos diversos grupos socioculturais. O autor afirma que “a etnomatemática se encaixa nessa reflexão sobre a descolonização e na procura de reais possibilidades de acesso

---

<sup>39</sup> LIMA, Themis C. V.; SILVA, Romaro A. Uma revisão bibliográfica sobre a relação entre a etnomatemática e o empreendedorismo por meio dos batedores de açaí: o que dizem as pesquisas científicas? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais* [...]. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

<sup>40</sup> LIMA; SILVA, 2024. p. 3.

<sup>41</sup> LIMA; SILVA, 2024, p. 10.

<sup>42</sup> D'AMBROSIO, Ubiratan. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. 4. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 42.

---

para o subordinado, para o marginalizado e para o excluído.” É esse caminho que a etnomatemática nos possibilita percorrer.

O trabalho de Lira e Giongo<sup>43</sup> com o título *Etnomatemática e a passagem do tempo: o que diz um grupo de estudantes de pedagogia?* problematiza como estudantes indígenas de um Curso de Pedagogia, no Oiapoque, evidenciam a passagem do tempo em suas aldeias. As autoras, caminhando pelos jogos de linguagens próprios de matemática dos estudantes indígenas, entenderam que eles “reconheceram a existência de distintos jogos de linguagem matemáticos e semelhanças de família existentes entre eles, favorecendo interlocuções passíveis de serem efetivadas nas escolas de educação básica<sup>44</sup>” o que permitiu investigar a existência de outras formas de medir o tempo, além daquelas que eles conhecem. Diante disso, Wittgenstein<sup>45</sup> afirma que jogos de linguagens são entendidos como os processos de denominação e de repetição das palavras, além disso, de ser “o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada.”

A passagem do tempo realizada no cotidiano da aldeia foi confrontada com outras maneiras de olhar o tempo, possibilitando analogias e constatações outras, que não aquelas que eles conheciam. Nesta mesma lógica, Severino Filho e Januário<sup>46</sup> assumem que existem múltiplos olhares para os marcadores de tempos indígenas. Segundo os autores, esses marcadores “são resultantes de um processo histórico de tentativas de conhecer o ambiente do território em que vivem e as outras sociedades, vizinhas e de outros territórios.” O saber introduzido nesta marcação de tempo indígena tem relação com o território, ou seja, com o espaço geopolítico e ecológico no qual os indígenas vivem. Assim, os marcadores de tempo indígena são entendidos como revelações enviadas por meio dos fenômenos naturais ou por algum tipo de animal.

---

<sup>43</sup> LIRA, Kátia L. V.; GIONGO, Ieda M. *Etnomatemática e a passagem do tempo: o que diz um grupo de estudantes de pedagogia?* In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

<sup>44</sup> LIRA; GIONGO, 2024, p. 8.

<sup>45</sup> WITTGENSTEIN, Ludwin. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Brurú. São Paulo: Nova cultural, 1998. p. 30.

<sup>46</sup> SEVERINO FILHO, João; JANUÁRIO, Elias. Os marcadores de tempos indígenas e a etnomatemática: a pluralidade epistemológica da ciência. *ZETETIKÉ*, v. 19, n. 35, p. 37-70, 2011. p. 44.

Uma abordagem etnomatemática como potencializadora na educação escolar indígena em uma escola do Oiapoque – AP é o título do trabalho de Batista<sup>47</sup>. O autor afirma que é necessário haver a valorização dos conhecimentos indígenas dos Karipunas para que estes possam ser integrados ao currículo e facilitem a prática docente. Batista<sup>48</sup> afirma que “podemos falar que o ensino da educação do povo karipuna da aldeia Espírito Santo faz presente na Educação Escolar Indígena usando os seus saberes etnomatemáticos para apreender a matemática dentro da sala de aula.” Dialogamos com D’Ambrosio<sup>49</sup> para entender a importância da dinâmica cultural para o ensino e a aprendizagem, quando afirma que:

A proposta pedagógica da etnomatemática é fazer da matemática algo vivo, lidando com situações reais no tempo. As várias dimensões da Etnomatemática [agora] e no espaço [aqui]. E, através da crítica questionar o aqui e agora. Ao fazer isso, mergulhamos nas raízes culturais e praticamos dinâmica cultural. Estamos, efetivamente, reconhecendo na educação a importância das várias culturas e tradições na formação de uma nova civilização, transcultural e transdisciplinar.

Para o ensino e a aprendizagem ser considerado algo vivo e dinâmico é crucial o diálogo entre as culturas, entendido como o que D’Ambrosio chamou de dinâmica cultural. O mesmo autor afirma que “Essa dinâmica é lenta e o que percebemos na exposição mútua de culturas é ou uma subordinação cultural, e algumas vezes até mesmo destruição de uma das culturas em confronto, ou a convivência multicultural<sup>50</sup>.” É esse diálogo entre as culturas que torna o fazer aulas mais prazeroso, criativo e ativo.

---

<sup>47</sup> BATISTA, Anoak F. Uma abordagem etnomatemática como potencializadora na educação escolar indígena em uma escola do Oiapoque – AP. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA*, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-12.

<sup>48</sup> Batista, 2024, p. 10.

<sup>49</sup> D’AMBROSIO, 2011, p. 46-47.

<sup>50</sup> D’AMBROSIO, Ubiratan. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, 2005. p. 104.

Coelho e Brasão<sup>51</sup> escreveram o trabalho uma síntese da obra interfaces educativas e cotidianas: povos indígenas<sup>52</sup>, livro publicado no ano de 2021 pela editora do Instituto Federal do Amapá – EDIFAP, que faz parte da coleção povos tradicionais, sendo o segundo volume da mesma. O livro conta com nove (9) capítulos e tem o prefácio escrito por Almir Narayamoga Surui, Líder do povo Paiter Surui. As autoras criaram três categorias para apresentar os capítulos do livro, a saber: Currículo de matemática: manifestações culturais, formação de professores indígenas e as demandas indígenas para implementação do campus avançado do Oiapoque; educação indígena e sua ligação com a etnomatemática; e etnomatemática, práticas, artefatos, memória, elementos socioculturais e ensino bilíngue: uma breve análise sobre os povos Parkatêjê, Karipuna e Wajãpi.

Para a primeira categoria Currículo de matemática: manifestações culturais, formação de professores indígenas e as demandas indígenas para implementação do campus avançado do Oiapoque, as autoras trouxeram três capítulos do livro. O primeiro de Ribeiro, Lima e Neves<sup>53</sup> sobre um breve histórico do surgimento das manifestações culturais na região Amazônica; o segundo, de Oliveira<sup>54</sup> sobre discussões sobre o currículo de matemática na formação de professores indígenas: tensões e desafios e o terceiro de autoria de Silva, Nascimento e Mattos<sup>55</sup> sobre o processo de implantação do Campus avançado do Oiapoque e os sinais das demandas indígenas.

---

<sup>51</sup> COELHO, Larissa M.; BRASÃO, Nazaré F. Uma síntese da obra interfaces educativas e cotidianas: povos indígenas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais* [...]. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

<sup>52</sup> MATTOS, Sandra M. N.; MATTOS, José R. L.; SILVA, Romaro A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021.

<sup>53</sup> RIBEIRO, Rodrigo A.; LIMA, Nair S.; NEVES, Lúcio D. Manifestações culturais amazônicas: da formação à mediação do Sairé. In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 33-62.

<sup>54</sup> OLIVEIRA, Maria Aparecida M. Discussões sobre o currículo de matemática na formação de professores indígenas: tensões e desafios. In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 63-90.

<sup>55</sup> SILVA, Mário R.; NASCIMENTO, Eulina C. S.; MATTOS, Sandra M. N. O processo de implantação do campus avançado do Oiapoque e os sinais da demanda indígena. In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro A. *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 91-120.

Na segunda categoria educação indígena e sua ligação com a etnomatemática, as autoras apresentaram os capítulos de Santos e Vasquez<sup>56</sup> que enfatizam a dificuldade de se aprender matemática tanto nas escolas em geral no Brasil, quanto na escola indígena; o segundo de Melo; Bacury e Brazão<sup>57</sup> que apresentam a realização de uma oficina pedagógica sobre os saberes originários do povo indígena Baniwa na arte de entrelaçar as talas de Arumã. Já o terceiro, de autoria de Severino Filho e Silva<sup>58</sup> tratam de uma reflexão sobre os conhecimentos indígenas versus os trabalhos desenvolvidos neste campo.

Etnomatemática, práticas, artefatos, memória, elementos socioculturais e ensino bilíngue: uma breve análise sobre os povos Parkatêjê, Karipuna e Wajãpi foi a terceira categoria criada pelas autoras, trazendo também três capítulos. No primeiro capítulo, os autores Silva, Gomes e Bicho<sup>59</sup> apresentam o povo indígena Parkatêjê e sua linguagem. O capítulo de Mattos, Silva e Wajãpi<sup>60</sup> trazem o etnoconhecimento desse povo como um conjunto de saberes e fazeres inerentes a eles. E por fim, o capítulo de Costa<sup>61</sup> traz uma reflexão sobre os processos de ensino bilíngue.

Finda as análises das comunicações orais, iniciamos as análises dos cinco pôsteres apresentados no 7CBE. O trabalho de Albuquerque, Santos, Farias e

---

<sup>56</sup> SANTOS, Naldo; VASQUEZ, Eliane L. O que representam as marcas Galibi-marworno o pajé e aos artesãos indígenas? In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro (org.). *A. Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 121-150.

<sup>57</sup> MELO, Elisângela A. P.; BACURY, Gerson R.; BRAZÃO, Alfredo F. M. O urutu como matéria prima para a produção do conhecimento matemático. In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 151-182.

<sup>58</sup> SEVERINO FILHO, João; SILVA, Adailton A. Por teorias indígenas do conhecimento: a sala de aula como um espaço comunicativo transcultural. In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 183-216.

<sup>59</sup> SILVA, Iran M.; GOMES, Ana C. R.; BICHO, José S. A etnomatemática em práticas e artefatos do povo indígena Parkatêjê. In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 217-242.

<sup>60</sup> MATTOS, José R. L.; SILVA, Romaro A.; Wajãpi, Seki. Alguns elementos socioculturais Wajãpi. In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro A. *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 265-292.

<sup>61</sup> COSTA, Risonete S. Memória e ensino bilíngue: a experiência da etnia Karipuna. In: Mattos, Sandra M. N.; Mattos, José R. L.; Silva, Romaro A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 243-264.

Brito<sup>62</sup> tem o título de Projeto Prosear: Matemática na cultura e dia-a-dia, sua atuação como ensino não formal na educação escolar. É um projeto de extensão realizado pela UNIFAP que explora a Etnomatemática como uma ferramenta pedagógica para respeitar e valorizar as tradições locais. De acordo com as autoras “Este projeto contribui para um ensino mais inclusivo e contextualizado, fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade.”<sup>63</sup> O segundo trabalho também trouxe o mesmo projeto. É de autoria de Albuquerque, Santos e Farias<sup>64</sup>, com o título “Explorando novas abordagens pedagógicas por meio de projetos de extensão e sociais: integração de ciências exatas no contexto educacional.” Segundo as autoras, o projeto “emerge como um farol de inovação e respeito ao reconhecer a singularidade da Educação Escolar dos povos originários e tradicionais.”<sup>65</sup>

Podemos observar que as atividades extensionistas implantada pela resolução n. 7 de 2018<sup>66</sup>, em seu art. 3º estabelece que a extensão

é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Portanto, cabe às instituições de ensino superior promover a interação entre elas e a sociedade por meio de troca de conhecimentos. Isso permite aos estudantes terem uma formação cidadã.

---

<sup>62</sup> ALBUQUERQUE, Marcus S.; SANTOS, Gadi S.; FARIAS, Rute C.; BRITO, Catiane T. Projeto Prosear: Matemática na cultura e dia-a-dia, sua atuação como ensino não formal na educação escolar. CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA – CBEm, 7. 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-7.

<sup>63</sup> ALBUQUERQUE; SANTOS; FARIAS; BRITO, 2024, p. 6.

<sup>64</sup> ALBUQUERQUE, Marcus S.; SANTOS, Gadi S.; FARIAS, Rute C. Explorando novas abordagens pedagógicas por meio de projetos de extensão e sociais: integração de ciências exatas no contexto educacional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-7.

<sup>65</sup> ALBUQUERQUE; SANTOS; FARIAS, 2024, p. 4.

<sup>66</sup> BRASIL, 2018b.

Neste mesmo caminho, o trabalho de Nery, Santos, Wajãpi e Wajãpi<sup>67</sup> com o título *Projetos de pesquisa em etnomatemática indígena* abordou sobre a necessidade de produção de materiais didáticos para o ensino de Etnociência e Etnomatemática nas comunidades indígenas do Amapá e norte do Pará. De acordo com os autores, “podemos aprender sobre o artefato em si, isto é, sobre sua produção e seu significado cultural, mas também podemos ensinar que a matemática está integrada à nossa cultura, presente em locais que muitas vezes nem imaginamos.”<sup>68</sup>

Vemos a importância de projetos que incentivem a produção de material didático pelos próprios indígenas. Como preconizado na LDBEN 9394/96<sup>69</sup>, em seu Art. 79, parágrafo 2º, inciso IV a educação intercultural deve “elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado”. No RCNEI<sup>70</sup> é abordado que a educação escolar indígena se caracteriza por experiências inovadoras, dentre elas, a produção e publicação de materiais didáticos específicos.

Gomes, Lima e Silva<sup>71</sup> escreveram o trabalho intitulado *A etnomatemática como um caminho para a aprendizagem da geometria espacial: um relato de experiência de licenciandos em Matemática do Instituto Federal do Amapá*. neste trabalho foi realizado uma oficina com utilização de sólidos geométricos. Segundo os autores, “ao utilizar os sólidos geométricos na contextualização, todos os alunos conseguiram responder as perguntas feitas a eles.”<sup>72</sup> Segundo Kaleff<sup>73</sup>:

---

<sup>67</sup> NERY, Cristiane S. S.; SANTOS, Diogo M.; WAJÃPI, Maware; WAJÃPI, Pauri. *Projetos de pesquisa em etnomatemática indígena*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-8.

<sup>68</sup> NERY; SANTOS; WAJÃPI; WAJÃPI, 2024, p. 8.

<sup>69</sup> BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. p. 28.

<sup>70</sup> BRASIL. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas – RCNEI*. Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC, 1998. p. 36.

<sup>71</sup> GOMES, Victor D. S.; LIMA, Wilkyrson C.; SILVA, Romaro A. *A etnomatemática como um caminho para a aprendizagem da geometria espacial: um relato de experiência de licenciandos em Matemática do Instituto Federal do Amapá*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-7.

<sup>72</sup> GOMES; LIMA; SILVA, 2024, p. 5.

<sup>73</sup> KALEFF, Ana Maria M. R. Uma salinha, quase escondida, do instituto de matemática: o laboratório de ensino de geometria da Universidade Federal Fluminense. *Caderno Dá-licença*, n.5, ano 6, p. 106-114, 2004. p. 109.

---

os materiais e atividades didáticas desenvolvidos buscam levar o aluno a visualizar as formas geométricas e a analisar suas características de regularidade, conforme recomendações de educadores e pesquisadores em Educação Matemática, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de habilidades introdutórias à aprendizagem de conceitos geométricos, tanto euclidianos como não euclidianos.

Nessa ótica, o incentivar os estudantes indígenas no aprimoramento do olhar para perceber similitudes e diferenças geométricas, fortalece o desenvolvimento de habilidades para aprenderem a geometria espacial. Ressaltamos, ainda, o quanto é importante a utilização de artefatos geométricos tridimensionais no incremento das aulas no contexto indígena.

Mapeamento de pesquisas sobre etnomatemática indígena é o trabalho de Batista e Nery<sup>74</sup>. Assim como o trabalho anterior, faz parte de um projeto maior intitulado Materiais didáticos para o ensino de Etnomatemática. Os autores concluem que a pesquisa aponta “para práticas educativas, currículos interculturais e interdisciplinares, e para necessidade de reconhecimento e valorização da diversidade cultural e linguística dos povos originários.”<sup>75</sup> O mapear pesquisas realizadas anteriormente, abre um leque de possibilidades para entendermos os caminhos percorridos por diferentes autores em suas pesquisas. Permite-nos, ainda, ampliar o campo investigativo para que não haja repetições de assuntos, mas sim, envia-nos para novos olhares, novas perspectivas de pesquisa.

Esse tipo de mapeamento é conhecido como uma pesquisa de levantamento, do tipo estado da arte. De acordo com Mattos<sup>76</sup> “a pesquisa de estado da Arte é a realização de um levantamento de tudo ou boa parte de tudo que se tem produzido sobre determinado tema.” A autora assegura, ainda, que no estado da arte “podemos afirmar que consiste em nível mais elevado de pesquisa a respeito de um tema em uma determinada área de conhecimento.”<sup>77</sup> Portanto, esse tipo de pesquisa impõe-se como crucial no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e científicas.

---

<sup>74</sup> BATISTA, Clenivaldo F.; NERY, Cristiane S. S. Mapeamento de pesquisas sobre etnomatemática indígena. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. *Anais* [...]. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-7.

<sup>75</sup> BATISTA; NERY, 2024, p. 6.

<sup>76</sup> MATTOS, Sandra M. N. *Conversando sobre metodologia da pesquisa científica: desenhando o projeto e a pesquisa*, v. 2 [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2024. p. 62.

<sup>77</sup> MATTOS, 2024, p. 62-63.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 7CBEm foi um evento que movimentou inúmeros pesquisadores e estudantes no que diz respeito às investigações sobre a etnomatemática no Brasil e no mundo. Em se tratando de Brasil, constatamos que todas as regiões foram contempladas com apresentação de trabalhos no evento. Focando a região Norte, que é nosso recorte neste trabalho, pudemos verificar que dos sete (7) estados, apenas Acre e Roraima não tiveram representatividade no evento. Entretanto, o Pará e o Amapá foram os estados com mais trabalhos submetidos, respectivamente 16 (dezesesseis) e 13 (treze) trabalhos, entre comunicações orais e pôsteres.

Os treze (13) trabalhos que tiveram com lente o estado do Amapá foram distribuídos com temas sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, tal qual batedores de açaí e louceiras do Maruanum. Em relação aos diferentes tipos de educação, houve trabalhos sobre educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação antirracista, bem como, sobre os cursos de Pedagogia e de Matemática. Diferentes percepções, variados olhares, mas todos os trabalhos representaram um pouco do que o Amapá tem de história, de constituição da população mesclada por diferentes grupos étnico-raciais e socioculturais. Abriu-se, neste evento, uma janela de possibilidades e pertencimento geopolítico, ecológico e sociocultural. Depois deste evento, não há possibilidades de apagar a região Norte das atividades acadêmicas e científicas, em especial, o estado do Amapá, que nos brinda com a capital Macapá, no meio do mundo, onde a linha do equador separa o Sul do Norte.

Dito isso, reconhecemos que todos os trabalhos, os quais focalizaram o estado do Amapá, contam com pesquisadores e estudantes que lutam e insurgem para dar visibilidade a uma gama de temas que ali se apresentam. Verificamos, ainda, que os diversificados grupos socioculturais constroem caminhos de pertencimento e representatividade, ligados a ancestralidade e ao reconhecimento identitário de cada um desses povos. A riqueza sociocultural, econômica e ecológica perpassa os seres, saberes e fazeres que, em suas atividades cotidianas, permite-nos adentrar seus espaços representativos, locais de pertencimentos, para dar conhecimento aos outros pesquisadores que aqui tem pesquisa, tem compromisso com a educação e com o

avanço escolar de cada estudante, sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. Trad. Júlia Romeu. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

ALBUQUERQUE, M. S.; SANTOS, Gadi S.; FARIAS, R. C.; BRITO, C. T. Projeto Prosear: Matemática na cultura e dia-a-dia, sua atuação como ensino não formal na educação escolar. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-7.

ALBUQUERQUE, M. S.; SANTOS, Gadi S.; FARIAS, R. C. Projeto Prosear: Matemática na cultura e dia-a-dia, sua atuação como ensino não formal na educação escolar. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-7.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, A. F. Uma abordagem etnomatemática como potencializadora na educação escolar indígena em uma escola do Oiapoque – AP. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-12.

BATISTA, C. F.; NERY, C. S. S. Mapeamento de pesquisas sobre etnomatemática indígena. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-7.

BRASIL. *Decreto-lei n. 5812 de 13 de setembro de 1943*. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Diário Oficial da União. Brasília. Distrito Federal, 1943.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas – RCNEI*. Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. *Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Diário oficial da união, 2003.

BRASIL. *Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008*. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Diário oficial da união, 2008.

BRASIL. *Parecer CNE/CES n. 608 de 3 de outubro de 2018*. Institui as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira. Brasília: MEC, 2018a.

BRASIL. *Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018b.

COELHO, L. M.; BRASÃO, N. F. Uma síntese da obra interfaces educativas e cotidianas: povos indígenas. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. Anais [...]. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.*

COSTA, R. S. Memória e ensino bilíngue: a experiência da etnia Karipuna. *In: Mattos, S. M. N.; Mattos, J. R. L.; Silva, R. A. (org.). Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 243-264.*

D'AMBROSIO, U. Prefácio. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 1., 2000, São Paulo. Anais [...]. FEUSP, São Paulo, 2000. p. I-VII.*

D'AMBROSIO, U. Sociedade, cultura, matemática e seu ensino. *Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 99-120, 2005.*

D'AMBROSIO, U. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. 4. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. *Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará*. Iepé, 2003.

GOMES, N. L. Educação e identidade negra. *Aletria: Revista de Estudo de Literatura, v. 9, p. 38-47, 2002.*

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. *Experiências Étnico-Culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

GOMES, V. D. S.; LIMA, W. C.; SILVA, R. A. A etnomatemática como um caminho para a aprendizagem da geometria espacial: um relato de experiência de licenciandos em Matemática do Instituto Federal do Amapá. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA*, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-7.

KALEFF, A. M. M. R. Uma salinha, quase escondida, do instituto de matemática: o laboratório de ensino de geometria da Universidade Federal Fluminense. *Caderno Dá-licença*, n.5, ano 6, p. 106-114, 2004.

LIRA, K. L. V.; GIONGO, I. M. Etnomatemática e a passagem do tempo: o que diz um grupo de estudantes de pedagogia? *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA*, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

MACHADO, E. P.; CUSTÓDIO, E. S. Questões raciais e o ensino de matemática no curso de licenciatura em matemática. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA*, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

MATTOS, S. M. N. *O sentido da matemática e a matemática do sentido: aproximações com o programa etnomatemática*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020.

MATTOS, S. M. N.; MATTOS, J. R. L.; SILVA, R. A. *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021.

MATTOS, S. M. N. *Conversando sobre metodologia da pesquisa científica: desenhando o projeto e a pesquisa*, v. 2 [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2024.

MATTOS, J. R. L.; SILVA, R. A.; WAJÃPI, S. Alguns elementos socioculturais Wajãpi. *In: Mattos, S. M. N.; Mattos, J. R. L.; Silva, R. A. (org.). Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 265-292.

MELO, E. A. P.; BACURY, G. R.; BRAZÃO, A. F. M. O urutu como matéria prima para a produção do conhecimento matemático. *In: Mattos, S. M. N.; Mattos, J. R. L.; Silva, R. A. (org.). Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 151-182.

NERY, C. S. S.; SANTOS, D. M.; WAJÃPI, M.; WAJÃPI, P. Projetos de pesquisa em etnomatemática indígena. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA*, 7., 2024, Macapá. *Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-8.

OLIVEIRA, M. A. M. Discussões sobre o currículo de matemática na formação de professores indígenas: tensões e desafios. *In: Mattos, S. M. N.; Mattos, J. R. L.;*

Silva, R. A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 63-90.

PANTOJA, F. R. L.; CUSTÓDIO, E. S. A afroetnomatemática e suas contribuições para uma educação antirracista. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. Anais [...]. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.*

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: Lander, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.*

RIBEIRO, D. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, R. A.; LIMA, N. S.; NEVES, L. D. Manifestações culturais amazônicas: da formação à midiáticação do Sairé. *In: Mattos, S. M. N.; Mattos, J. R. L.; Silva, R. A. (org.). Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 33-62.*

SANTOS, N.; VASQUEZ, E. L. O que representam as marcas Galibi-marworno o pajé e aos artesãos indígenas? *In: Mattos, S. M. N.; Mattos, J. R. L.; Silva, R. A. (org.). Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 121-150.*

SEVERINO FILHO, J.; JANUÁRIO, E. Os marcadores de tempos indígenas e a etnomatemática: a pluralidade epistemológica da ciência. *ZETETIKÉ, v. 19, n. 35, p. 37-70, 2011.*

SEVERINO FILHO, J.; SILVA, A. A. Por teorias indígenas do conhecimento: a sala de aula como um espaço comunicativo transcultural. *In: Mattos, S. M. N.; Mattos, J. R. L.; Silva, R. A. (org.). Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 183-216.*

SILVA, R. A. *Apropriação de práticas de numeramento na EJA/Proeja em comunidades quilombolas do estado Amapá - Brasil: A etnomatemática como possibilidade de ensino. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Instituto de educação. Universidade do Minho, Portugal, 2022.*

SILVA, I. M.; GOMES, A. C. R.; BICHO, J. S. A etnomatemática em práticas e artefatos do povo indígena Parkatêjê. *In: Mattos, S. M. N.; Mattos, J. R. L.; Silva, R. A. (org.). Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 217-242.*

SILVA, M. R.; NASCIMENTO, E. C. S.; MATTOS, S. M. N. O processo de implantação do campus avançado do Oiapoque e os sinais da demanda indígena. Oliveira, Maria Aparecida M. Discussões sobre o currículo de matemática na formação de professores indígenas: tensões e desafios. *In: Mattos, S. M. N.; Mattos,*

---

J. R. L.; Silva, R. A. (org.). *Interfaces educativas e cotidianas: Povos indígenas*. Macapá: EDIFAP, 2021. p. 91-120.

TAVARES BISNETO, J. R. C.; MATTOS, S. M. N.; MESQUITA, M. As louceiras do Maruanum e etnomatemática: o olhar de um acadêmico de licenciatura em matemática. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-15.

VICENTE, L. R. S.; MATTOS, S. M. N. Do resgate cultural à geração de renda: mulheres artesãs no município de Paracambi. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS, 10., 2019, Rio de Janeiro. Anais [...]*. Rio de Janeiro: UERJ, 2019.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Brurú. São Paulo: Nova cultural, 1998.

XAVIER, F. L.; MATTOS, J. R. L.; SILVA, R. A. Ancestralidade na Comunidade do Maruanum: etnomatemática e saberes culturais. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ETNOMATEMÁTICA, 7., 2024, Macapá. Anais [...]*. Instituto Federal do Amapá – IFAP, Macapá, 2024. p. 1-11.